

O que a avaliação por pares pode e não pode fazer

Este número encerra o volume 3 e, com ele, o trabalho de recuperação do acervo anterior. A partir do próximo volume a revista passa a quadrimestral e opera sob o processo completo: triagem editorial, avaliação por pares em duplo-cego, prazo-alvo de sessenta dias e registro de cada etapa. Vale, antes disso, dizer o que esse processo faz — e sobretudo o que ele não faz.

A avaliação por pares é frequentemente apresentada como um selo de verdade. Não é. Dois pareceristas leem um texto em algumas horas, sem acesso aos dados brutos, sem repetir os procedimentos e sem verificar, uma a uma, as referências citadas. O que eles podem fazer é julgar se o argumento se sustenta, se o método corresponde ao que se afirma, se a literatura pertinente foi considerada e se as conclusões excedem o que as premissas autorizam. É muito, e é insuficiente.

A experiência deste ano mostrou por quê. Ao revisar o acervo, a editoria encontrou listas de referências que não correspondiam às obras citadas no texto, entradas bibliográficas cuja existência não se confirma, resumo e abstract descrevendo trabalhos diferentes, material empírico de terceiros apresentado como achado próprio e seções de método descrevendo procedimentos que o trabalho não executou. Nada disso é detectável por leitura atenta. Exige conferência — e conferência é trabalho de editoria, não de parecerista.

Daí a divisão que a revista adota. Ao parecerista cabe o juízo sobre o mérito: a pergunta importa, o caminho leva

a ela, a conclusão cabe no que foi mostrado. À editoria cabe a verificação material: a referência existe, o texto cita o que lista, o resumo descreve o artigo, o material clínico tem enquadre e consentimento, e nenhum artigo cita obra posterior à data do fascículo em que aparece. São tarefas distintas, e confundi-las é como se protege o que não se verificou.

Há uma consequência que convém enunciar. Verificação encontra erro, e erro encontrado precisa ser nomeado. Uma revista que confere referências vai, inevitavelmente, devolver trabalhos a autores que não esperavam ser conferidos. Isso produz atrito. O atrito é o preço, e é barato: o preço alternativo é publicar e descobrir depois, quando a correção já não depende da revista.

Os trabalhos deste número cobrem o inconsciente que circula nas relações sociais, a imaginação ativa como método, a subjetividade sob o regime de dados, o confronto entre terapia cognitivo-comportamental e psicanálise no tratamento da ansiedade infantojuvenil, e a arte como recurso clínico. São questões em aberto, tratadas por autores em diferentes momentos de formação, com o rigor que a revista pôde assegurar e as limitações que ela declara.

Ricardo Silveira

Direção editorial

Solange Farias

Revisão institucional